



**POR PEDRO DE TOLEDO PIZA**

Especialista em Meio Ambiente e Sustentabilidade.  
Sócio de Milreu e Toledo Piza Advogados e consultor jurídico ambiental da Pöyry.  
Mestre em Tecnologias Ambientais pelo IPT-USP, auditor ambiental e membro do Comitê de Meio Ambiente da ABTCP e do Conselho da OSCIP Corredor Ecológico.  
E-mail: pedrotoledopiza@gmail.com

## O FUTURO PEDE MUDANÇAS

O setor de base florestal passou por momentos de reflexão em 2018, considerando as expectativas sobre o futuro do Brasil diante das eleições; apurações judiciais de corrupção; e perspectivas de demanda de celulose impulsionada pelas compras chinesas. Além das questões político-econômicas, a ABTCP também promoveu debates sobre as inovações tecnológicas e mudanças na gestão de empresas e pessoas no contexto da Quarta Revolução Industrial durante seu 51.º Congresso Internacional de Celulose e Papel.

A partir das megatendências globais, abordadas na palestra de Carlos Farinha, vice-presidente da Pöyry Tecnologia, foi possível observar as transformações que o futuro exigirá em busca da competitividade nos mercados em longo prazo. O futuro pede, desde já, mudanças às empresas diante dos novos comportamentos dos consumidores, formas de se produzir e de colocar em funcionamento os processos, entre outros fatores. Novos rumos profissionais, comportamento patrimonial e estratégias de gerenciamento de ativos e matéria-prima florestal para a indústria, zoneamento do uso do solo, potencial geração de empregos, entre outros, começam a ser definidos.

A radiografia do ano de 2018 destaca uma população mundial de 7,6 bilhões de pessoas, das quais 50% estão vivendo em áreas urbanas; aponta que 93% da energia de transporte ainda é baseada em petróleo e existe um incremento de 41% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em comparação ao ano de 1990. Neste cenário, observa-se que de toda madeira negociada, 40% está direcionada à indústria de celulose e papel. Ao mesmo tempo em que 8.4 bilhões de aparelhos estão ligados na *world wide web*, paradoxalmente uma parcela de 10,8% da população global sofre de desnutrição.

Alguns números apresentados pela Pöyry, acerca de como deverá ser o mundo em 2050, são destacados aqui a título de reflexão, sen-

do o mais interessante o fato de que a população será de 9,6 bilhões de pessoas, das quais 66% viverão em áreas urbanas. A produção de energia deverá necessariamente aumentar 100%, e apenas um terço dessa energia será utilizado em transporte, o que significa que a mobilidade inteligente terá afetado os processos de urbanização.

Em relação ao uso do solo, nesse cenário de 2050, haverá aproximadamente 8% de aumento de cobertura florestal e espera-se a proliferação de biomateriais – produtos desenvolvidos a partir de fontes naturais. Existe a expectativa de que 100 bilhões de aparelhos estarão conectados em termos de *internet das coisas* (IoT), enquanto cerca de 4 bilhões de pessoas estarão sofrendo com ausência de água potável e stress hídrico.

Ora, com razão as megatendências têm poder de influenciar o comportamento do mercado em diversas áreas. Independentemente de as mudanças climáticas serem causadas pelo homem ou decorrerem de fenômenos naturais, o fato é que no futuro existe a previsão de migração forçada de populações por eventos climáticos críticos. Do mesmo modo, independente de fontes derivadas de petróleo não serem renováveis, deve-se pensar também em nossa capacidade de gerir os recursos e aumentar a eficiência de sua distribuição (em especial energéticos).

Os processos de urbanização intensa devem ser pensados em paralelo com a tecnologia. Não obstante exista a demanda por melhores condições de vida, também deve-se procurar empregar tecnologias para trabalho remoto, evitando a urbanização verticalizada e adensada que tem tornado inviável a vida em algumas cidades, seja pelo custo de sua manutenção e restaurações, seja pelo tempo que se perde em deslocamentos dentro da mesma cidade. Os processos de digitalização na indústria irão afetar parcela dos empregos, e isso não é uma novidade, mas deve-se pensar em como avançar no campo do conhecimento e empregar sistemas de infraestrutura inteligente e ser competitivo.



Pöyry, novembro 2018, adaptado pelo autor

O surgimento dos novos centros de poder econômico foi tratado com profundidade pelo economista Antonio Barros de Castro em sua obra *Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico*, em que utiliza a metáfora do inseto “besouro” quando questiona as forças das economias emergentes, como a China. A questão colocada é: por mais que o besouro possa voar, como ele se sustenta no ar, com sua aerodinâmica não tanto favorável?

Acredito que essa reflexão, capaz de nos conduzir a uma resposta – ou a respostas –, deva ser mantida nos próximos anos no que diz respeito ao setor de base florestal nacional com foco em encontrar o caminho para o enfrentamento dos desafios colocados. A partir dessa pergunta, surgem outras: “Qual o Brasil florestal para 2050?”; “Como contabilizar os esforços nacionais em matéria ambiental e considerá-los plausíveis na formulação de políticas públicas?” Enfim, essa provocação pode se tornar um mote para o setor florestal, que tem crescido e apresentado resultados expressivos, e que dispõe de instrumentos nacionais capazes de alavancar o seu crescimento de forma ordenada e compatível com as forças motrizes ou megatendências.

Considerando que o setor passa por um momento oportuno de

expansão de suas florestas plantadas e nativas, além do uso de novos produtos florestais, é claro o potencial do setor de florestas plantadas no combate aos efeitos adversos de mudanças climáticas, favorecimento da produção de águas e contribuição a bacias e sub-bacias de importância estratégicas. Também está no radar do setor de base florestal sua responsabilidade de proteger a biodiversidade, gerar mais emprego e incremento na renda, fixar o homem ao campo e evitar migrações forçadas, além do impacto extremamente positivo na balança comercial.

Portanto, a próxima gestão da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) e a ABTCP poderão somar esforços políticos e técnicos para fazer valer a contabilização de todas as contribuições do nosso setor no Plano Nacional de Florestas Plantadas, na Política Nacional Agrícola, nas cobranças vindouras de cumprimento ao Código Florestal Brasileiro, na Política Nacional de Mudanças Climáticas e na legislação sobre licenciamento ambiental alvo de revisão legal.

O futuro pede mudanças, principalmente, tendo como força da transformação as informações compartilhadas e a união de competências institucionais. ■